

MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO. RELAÇÕES SOCIAIS, CULTURA E SOCIABILIDADES NO RECIFE DOS ANOS 1950*

FLÁVIO WEINSTEIN TEIXEIRA

Professor do Departamento de História da UFPE

Resumo: Nos anos 1950, o Recife vê emergir uma série de características que darão a tônica de seu desenvolvimento nos anos e décadas subseqüentes. Sob os mais diversos aspectos, esse é um ponto de vista assente e sobre o qual não recaem muitos questionamentos. O que este artigo procura oferecer é uma contribuição, a fim de que melhor se dimensionem algumas das transformações que se estavam operando, bem como, quem sabe, o alcance das mesmas. O foco da atenção está na cidade - seu cotidiano, seus usos - e as mudanças de cunho modernizante pelas quais passa. *Palavras-chave:* Recife; anos 1950; transformações culturais

Abstract: During the fifties, Recife saw the rise of a series of characteristics that defined its historical development in the subsequent years and decades. On many levels, this is the received view, against which there are few objections. What this article looks for to offer is a contribution so that better to consider some of the transformations that were taking place, as well as, perhaps, the reach of the same ones. The focus of the attention is in the city - its daily one, its uses -, and the changes, of modern matrix, that it suffers. *Key-words:* Recife; the fifties; cultural changes

I

Os anos 1950 ocupam um lugar central na história recente do Recife. De fato, ali surgiram os vetores de transformação da cidade, que a marcaram, e ainda a marcam, muito profundamente. Quer se a considere sob o ponto de vista urbanístico, das disputas políticas, ou mesmo das lutas sociais, esses anos são decisivos para compreendê-la. O que este artigo procura evidenciar é que, também sob o ponto de vista cultural, as transformações que o Recife vivenciou nesses seguidos anos foram igualmente significativas e marcantes. Por transformações culturais, estar-se-á entendendo, neste trabalho, todo um conjunto de mudanças que se estendem das sociabilidades às formas pelas quais os mais diversos estratos que compunham a sociedade local passaram a se relacionar com a cidade, ela mesma, mas também entre si. Correlativamente, aponta-se, aqui, para algumas mudanças que estão se operando em termos de aceitação de novos valores, novos comportamentos, e até mesmo em relação aos hábitos de consumo que, por essa época, sofrem alterações importantes. Registre-se desde logo que, por não se darem no vazio, mas a partir de modelos culturais já arraigados, essas transformações apresentaram sempre certo grau de “negociação” entre os padrões estabelecidos e as novas configurações que vão sendo instituídas. Ainda a título introdutório, cabe advertir ao leitor que, dada sua própria natureza (que o aproxima de uma crônica do cotidiano) e dimensões, o que este artigo oferece é muito mais uma visão panorâmica do que uma discussão aprofundada sobre cada um desses aspectos.

II

De início, um rápido comentário a propósito da reconfiguração do espaço urbano, do quão significativo foi o adensamento urbano observado. Com efeito, ao longo desses anos, a mancha urbana espraiou-se de forma expressiva, compactando em uma só massa diversos nódulos ou núcleos de ocupação, que desde os primórdios da cidade viviam num certo isolamento. A integração espacial, que então se deu, trouxe como resultado uma nova feição para a cidade. Se, até a década de 1930, eram bastante perceptíveis as linhas radiais, quase em forma de leque, que

havam orientado a penetração da cidade, a partir de seu ponto de origem, nas diversas direções de norte a sul, já ao final dos anos 1950, a mancha urbana como que formara uma só massa indistinta.¹ Em certas áreas, como em Boa Viagem, o incremento verificado chegou a ser vertiginoso. No curto espaço de dez anos (1950-1960), o crescimento populacional foi da ordem de 170%, e trouxe consigo uma efetiva ocupação de vastas áreas antes absolutamente vazias.²

Considerados os fundamentos fisiográficos da cidade, com sua característica rede de rios, braços de rios, camboas e alagados, essa expansão e dilatação do tecido urbano não representou outra coisa que um intenso investimento por se aterrar as águas e baixios da cidade. Gradativamente, não apenas mangues inteiros viam-se soterrados sob toneladas de areia e barro (e lixo, dizia-se), como também o próprio rio Capibaribe viu sua calha ser estreitada em mais de um ponto. É claro que, sendo multissecular, remontando ao período de domínio holandês, essa não era uma prática que pudesse ser tida como recente. O que havia de distintivo, agora, era o ritmo frenético com que se passava a conquistar terrenos às águas. Áreas cada vez mais vastas, a uma velocidade cada vez maior, passaram a ser “urbanizadas”. A cidade cedia sob o peso dos fortes fluxos migratórios que a ela se dirigiam. E se isso implicava em uma nova dinâmica de crescimento urbano, muito mais implicava em termos de redefinir a proporção entre seus solos secos e alagados.

A resultante de tal prática - tão ancestral quanto desordenada - não podia ser outra. A cada inverno, quando as chuvas caíam generosas sobre o litoral pernambucano, o Recife vivia, por seguidos meses, os inconvenientes e prejuízos daí decorrentes: transbordamento de rios e canais, inundações e alagamentos de bairros inteiros, lamaçais oceânicos que transformavam extensos logradouros em atoleiros intransponíveis, e mosquitos, muitos mosquitos. Cada dia da estação das chuvas chegava como uma lembrança, uma evidência de que aquela volúpia de aterros não se fazia impunemente. Toda a cidade ficava transtornada.³ É claro que esses transtornos tinham múltiplos graus de intensidade. Suas gradações, indo do pequeno estorvo às ocorrências funestas. É evidente, também, que os segmentos da sociedade local sentiam de modo diferenciado os impactos indesejáveis das chuvas.

O recifense, sobretudo dos estratos médio e alto, sentia-se afligido por toda sorte de agruras e desconfortos - qual um bisonho e afetado colonizador pela primeira vez pisando em território tropical. No ano de 1954, por exemplo, em um recente e elegante loteamento, do não menos nobre bairro de Boa Viagem, as primeiras águas de abril, ao chegarem, a tudo inundaram:

Os jardins foram destruídos, as próprias casas foram invadidas por verdadeiras enxurradas. Se durante o dia nos parece uma cidade lacustre, ao anoitecer tudo piora cem por cento. Nuvens de muriçocas invadem os interiores, os maruins são verdadeiros exércitos de viet-mins sobre o forte de Dien-Bien-Phu; não há mosquiteiros nem inseticidas que sirvam; e o espetáculo se torna mais sombrio com o coaxar dos sapos e a estridente, monótona e enervante sinfonia dos grilos. Abatem-se as trevas da noite sobre essa chamada zona residencial, e dir-se-ia que estamos no meio da selva. O trópico poreja, em chuvadas quase diluvianas e através de todo esse ruído ensurdecedor de insetos e bichos; e o homem perdido no pântano não prega olhos lutando com as picadas de invisíveis e inexpugnáveis inimigos.⁴

Ainda quanto a isso, matéria publicada em março de 1955 dava conta que, devido às intensas chuvas que caíam, e ao fato de que a cidade dispunha de um sistema de drenagem deficientíssimo, encontrava-se o Recife com várias ruas completamente invadidas pelas águas. E isto nos mais diversos bairros e arrabaldes, não se restringindo de modo algum àqueles de periferia: Santo Antônio, São José, Santo Amaro, Espinheiro, Encruzilhada, Madalena, Prado, Zumbi, Cordeiro, Bomba Grande, Afogados, Bongü, Mangueira, Mustardinha. Também o serviço de transporte público, “já de si precário, ainda mais deplorável ficou”, impossibilitando que a população – “especialmente dos morros e córregos” – pudesse locomover-se. Na zona sul, Boa Viagem, Vila Teimosa, Encanta Moça e Bode, as chuvas deixaram as ruas com água pelo joelho. As populações ribeirinhas de Chié, Sete Mocambos e Taquari,

entre os bairros da Torre e Madalena, se mostravam bastante apreensivas pelo volume das águas do rio, que ameaçavam encobrir seus barracos.⁵

Diante de realidade assim perturbadora, quem podia lançava mão de artificios que, por serem curiosos, nem por isso escondiam seu ranço senhorial:

*Há pessoas nos subúrbios que ao sair de casa o fazem de pés descalços, acompanhando-as a empregada com vasilha d'água e uma toalha, a fim de, na artéria principal, onde passa o ônibus, o patrão ou a patroa lavar os pés e calçar os sapatos.*⁶

Junto com as chuvas vinham também o colapso do serviço de telefonia e freqüentes e irritantes interrupções no fornecimento de energia.⁷

Às escuras, incomunicável, impedido de deslocar-se pelas vias públicas, com as chuvas o recifense ainda precisava amargar o flagelo das muriçocas. Se tudo isso podia tirar do sério um cidadão, então se torna compreensível o recurso extremo de que se lançou mão em 1955. Naquele ano, já em março, as águas precipitaram-se sobre o Recife num volume pouco comum, o que antecipou o conhecido rosário de queixas e prevenções contra os poderes públicos. Simultaneamente, estava assumindo a administração municipal aquele que seria o último de seus prefeitos indicados (até o advento do regime militar, bem entendido), o médico Djair Brindeiro. Um pouco para evidenciar que a prefeitura não era insensível aos problemas postos, um pouco para honrar sua condição de homem orgulhoso de sua formação científica - e assim mostrar sua crença de que a solução para as dificuldades enfrentadas estava no recurso ao saber técnico -, o fato é que, como forma de dar cabo ao infortúnio dos insetos, a prefeitura patrocinou a aspersão aérea de DDT por toda a cidade. Durante umas tantas semanas, a começar por aquela em que a pia população da cidade comemorava com missas e procissões uma de suas festividades religiosas mais importantes, a Páscoa, o Recife viu-se coberto por um inusitado orvalho que caía de seus céus. A cada aplicação, quatro toneladas do veneno eram derramadas sobre todos os recantos da cidade.⁸

Também para o cotidiano da vasta camada de pobres da cidade, o inverno trazia uma série interminável de incômodos e mesmo de pequenas

tragédias. Vivendo predominantemente em zonas ribeirinhas ou, o que estava se tornando mais comum, nas encostas dos morros que circundavam a planície recifense, essas populações precisavam conviver com as águas lodosas que entravam em seus casebres trazendo a indesejável companhia de ratos, baratas e toda uma fauna pouco recomendável. Ou, o que era ainda mais dramático, se viam diante do perigo cada vez mais freqüente de deslizamento de encostas e desabamento de suas residências.

Os ônibus, como visto, praticamente deixavam de atender a certas áreas da cidade em dias chuvosos. Precisamente aquelas em que viviam essas camadas populares. Caro e de péssima qualidade, o serviço de ônibus da cidade era um dos alvos mais regulares da ira da população. Constituído em meados dos anos quarenta, como forma de superar as insuficiências dos serviços prestados pelos bondes, tal serviço de ônibus rapidamente apresentou-se como uma solução adequada ao transporte coletivo. E tão rapidamente como se expandiu, declinou. Linhas precárias, carros velhos, gastos, em pequeno número, que se quebravam numa constância enervante – depender de ônibus, no Recife, tornou-se um castigo. Em 1954, como seria de se esperar, frente a tanto desmando, e após um aumento de preço das passagens, a população revoltou-se e promoveu uma série de atos próprios a momentos como estes – quebra-quebra, incêndio de ônibus, depredação da sede da empresa que virtualmente monopolizava as linhas urbanas –, além de outros de menor relevo.⁹

Em meados dos anos 50, aliás, a população mais pobre da cidade tinha bons e justificáveis motivos para trazer os nervos à flor da pele. Em mais de um aspecto, seus tradicionais modos de ser e viver como que se transformaram em objeto de perseguição, ou passaram a ser restringidos pelos poderes públicos.

Numa despuddorada agressão ao ordenamento jurídico estabelecido pela Constituição de 1946, que garantia plena liberdade de culto e religião, a polícia anunciava, em março de 1955, a prisão de inúmeros “catimbozeiros” no Alto Santa Terezinha. Escudada em parecer de um determinado jurista local (não especificado), que havia concluído “positivamente que o catimbó não está classificado entre as religiões”, não estando, por conseguinte, amparado pela prerrogativa constitucional

de liberdade de culto, a polícia realizou uma verdadeira razia nos terreiros da zona norte da capital, onde se praticava o “baixo espiritismo”. Como resultado, diversas pessoas viram-se recolhidas ao xadrez, enquanto os apetrechos de culto foram amontoados nos depósitos da Delegacia de Costumes. A desfaçatez era total. Na forma como os fatos estão relatados no jornal, percebe-se com clareza que a sanha persecutória com muito custo, apenas, vinha sendo contida. Faltava unicamente um ato autorizador – como o parecer do suposto jurista. A autoridade policial acautelou-se somente em bem orientar seus agentes para que não viessem a confundir as manifestações do “baixo espiritismo” com as do “alto espiritismo”, visto que, este sim, estava salvaguardado pela ordem legal vigente.¹⁰

Uma outra prática, tão ou mais presente no cotidiano das classes populares passou, igualmente, a ser perseguida com mais afinco por essa mesma época. Criar animais como galinhas, vacas, porcos, cabras, cavalos, e outros mais, soltos nas vias públicas, era um costume tão antigo quanto comum. Antigas, também, eram as posturas municipais que coíbiam ou pretendiam exercer algum controle sobre esse costume. A correição (recolha de animais soltos nas ruas) não era exatamente um fato novo. Todavia, dado o relevante papel que esses criatórios desempenhavam na economia doméstica de um número infindável de famílias (e mesmo para o abastecimento da cidade, uma vez que não poucos feirantes supriam-se com artigos produzidos por esses “granjeiros” urbanos, e muito do leite consumido na cidade provinha de vacaria de subúrbio), o que se tinha era um certo relaxamento quanto à observância dessas normas.

Enquanto se mantivesse adstrita aos subúrbios e zonas que nem bem se distinguiam se rurais ou urbanas, afastadas das regiões centrais e principais vias e logradouros, a prática de se criar animais pastando livremente, comendo os capins e lixos que a própria prefeitura não se preocupava em recolher ou aparar, tudo bem. Vez por outra, se reclamava das vacas pastando mansamente em plena avenida Beira Mar, mas dificilmente encontravam-se relatos daqueles que viam seus animais serem mortos ou recolhidos. E isso justamente porque se tinha como certa a existência desse pacto implícito, em que se delimitavam as áreas onde a criação de animais era tolerada. Daí, ter causado indignação

quando passou a ser perseguida a criação nos subúrbios. Principalmente, porque a repressão se fez acompanhar de desmedida violência.

Num intervalo inferior a um mês, entre maio e junho de 1955, dois casos desses vieram a público. Em um, ocorrido na comunidade de Sapucaia de Fora, em Beberibe, a queixa era contra a inoperância da polícia em impedir a ação de dois valentões locais que, protegidos por políticos que tinham influência na localidade, estavam matando os animais criados fora dos cercados e, com isso, criando um foco de tensão que ameaçava a tranquilidade do subúrbio com a iminência de um linchamento e até mesmo, receava-se, de um justicamento. No outro caso, foram funcionários contratados pela própria prefeitura para exercerem a correição que espancaram uma família inteira, que tentava evitar o recolhimento de seus animais. Diz o repórter que três irmãos, entre os 17 e 22 anos de idade, moradores do bairro da Torre, mais a mãe e a avó dos mesmos, além de uma vizinha (grávida), que tentaram intervir, foram vítimas das pauladas e alguns sopapos que os oito funcionários andaram distribuindo. O exagero que o caso envolvia (mulheres – velhas, grávidas –, sendo espancadas), superando muito enredo de novela radiofônica, parece ter surtido algum efeito em termos de chamar a atenção quanto à justeza do que vinha a prefeitura fazendo. No dia seguinte ao noticiário, em editorial, o *Diário de Pernambuco* reforçava o ponto de vista de que, à parte o inaceitável recurso à violência, era preciso dar continuidade ao trabalho de correição, independente do prejuízo que causasse às famílias mais carentes, pois, caso contrário, a cidade corria o risco de se ver entregue à desabonadora presença de animais até mesmo em seus recantos mais nobres.¹¹

Essa mesma preocupação, em garantir um maior ordenamento no espaço central da cidade, é que levou a prefeitura a mais uma vez investir contra uma prática que, embora nesse caso não se possa dizer que retrocedesse a tempos imemoriais, com certeza vinha se expandindo enormemente. Entre todos os problemas que atingiam o centro da cidade, o comércio ambulante se situava em meio àqueles de mais difícil solução. A variedade de relações de trabalho aí envolvidas (do autônomo ao que vendia mercadorias para lojistas estabelecidos), a diversidade de mercadorias negociadas e de seus respectivos suportes de venda (bancas de jornal, tabuleiros de frutas, “sacoleiros” de bugigangas, etc.), o fato de, em qualquer iniciativa de controle sobre o ambulante, se precisar

lidar com o patrimônio daquelas pessoas; tudo isso contribuía para tornar essa uma questão das mais complexas. De modo que, quando a prefeitura começou um trabalho de remoção/relocação de camelôs de áreas consideradas impróprias para esse tipo de comércio, o que o prefeito conseguiu não foi muito mais que uma grande dor de cabeça.

Os camelôs acusavam os fiscais da prefeitura de destruírem suas barracas e apreenderem suas mercadorias (provocando, em alguns casos, perdas irrecuperáveis), reclamavam também contra a destinação que se lhes queriam imputar (arrancando-os das principais vias do centro da cidade, como a avenida Dantas Barreto), e, a medidas dessa ordem, antepuseram uma renhida resistência. Como conseqüência, alguns confrontos foram registrados e pelo menos um dos fiscais foi parar no hospital. Por vários dias, o clima manteve-se tenso, até que o prefeito, percebendo a dificuldade de impor a solução que havia sido desenhada nos gabinetes dos órgãos técnicos, viu-se compelido a ceder às reivindicações dos camelôs: liberou-se um determinado trecho da cobiçada avenida Dantas Barreto para o comércio ambulante e ampliou-se de 8 para 15 dias a liberação do comércio de rua durante o Carnaval e o São João (as duas festas mais caracteristicamente populares). Portanto, somente após ter sido feita essa negociação, que significava um arrefecimento nas investidas contra os ambulantes, é que se alcançou certa distensão e os espíritos serenaram um pouco.¹² Quanto ao mais, a dificuldade de impor um ordenamento ao comércio ambulante permaneceu inalterado.

A propósito, caberia registrar que, não obstante a tensão social estar constantemente sendo realimentada pelo elevado grau de pobreza e desassistência, e de o conflito aberto, desabrido, politicamente “orientado”, dirigido contra a autoridade pública ou contra situações emblemáticas de opressão (como no caso do quebra-quebra dos ônibus, ou do confronto entre camelôs e fiscais da prefeitura), ser mais freqüente do que comumente se imagina, se havia alguma sensação de intranquilidade na cidade, ela decorria menos dessa tensão do que das cotidianas manifestações da violência urbana.

Era uma cidade em que se morria com uma facilidade assustadora. Menos por latrocínio ou atos assemelhados, é verdade, que por disputas políticas ou atentados contra a honra. Mas, sobretudo, morria-se em

conseqüência de um trânsito desordenado e de motoristas absolutamente desqualificados para conduzir veículos. Os jornais tinham até uma expressão, “a batalha do Recife”, para referir-se às muitas vítimas que diariamente, literalmente falando, eram contabilizadas. Com efeito, o Recife, com suas ruas estreitas, freqüentemente tortuosas, de calçamento irregular, parecia, definitivamente, não ter sido talhado para o livre fluxo de carros, caminhões e ônibus (ao lado dos quais, disputando o exíguo espaço das ruas, estavam uma miríade de carroceiros, animais diversos e alguns dos pedestres mais desatentos que a raça humana produziu). Na verdade, não apenas os transeuntes, mas os próprios motoristas davam indícios de terem sérias dificuldades em assimilar a lógica inerente ao uso dessas modernas, reluzentes e velozes máquinas de locomoção. De sorte que o automóvel, ao lado de se constituir em um dos ícones da moderna vida urbana, passou a ter essa infausta fama: de ceifeiro de vidas alheias.

Quanto à violência urbana, e à correlata sensação de insegurança, para ela concorriam, ao lado das mortes violentas, os constantes assaltos às residências que, já então, ocorriam numa freqüência preocupante – quase não se podia viajar ou deixar a casa fechada por uns poucos dias sem que algum gatuno se aproveitasse da situação. Acima de tudo, porém, estavam as brigas. Brigas pelos mais variados motivos – amantes, dívidas, desentendimentos entre vizinhos, rixas de jogo – mas nas quais, quase sempre, nas mãos de pelo menos um dos contendores, havia uma faca. De preferência, uma faca peixeira. Para o ano de 1956, por exemplo, o delegado titular da Delegacia de Vigilância Geral, Costumes e Jogos, Joel da Mota Silveira, dizia haver obtido resultados excepcionais na repressão ao porte ilegal de armas e na apreensão das mesmas: 3.978 facas peixeiras (contra apenas 70 revólveres), além de uma “grande quantidade”, não especificada, de outras armas brancas (chuchos, foices, facas do tipo quicé e americana, punhais e canivetes), que foram recolhidas das mãos dos contraventores.¹³ Ainda segundo afirmava o policial, sua delegacia havia sido bem sucedida em outra frente: garantia ter alcançado êxito na “vigilância contra a venda de aguardente nos botecos, bares e restaurantes, depois das 18 horas”. Contudo, se essas eram medidas que visavam diminuir os elevados números de agressões, brigas e coisas do gênero, talvez se devesse reconhecer que estavam

longe de serem eficazes. Conforme expôs o titular do 1º Distrito Policial da Capital (considerado o mais importante da cidade), delegado Paulo do Couto Malta, dos 550 inquéritos concluídos naquele mesmo ano de 1956, pouco mais de 70% deles, 400, em números exatos, referiam-se a lesões corporais.¹⁴

III

Não é difícil concluir que, para quem se situava nos estratos inferiores da hierarquia social, a vida no Recife não devia ser muito venturosa. Mas, nem por isso, deixava de ter seus atrativos. Muitas de suas tradições culturais, por exemplo, suas *brincadeiras*, mantinham-se constantemente realimentadas por novos contingentes de interessados.¹⁵ Como decorrência, os bumbas-meu-boi, maracatus, cavalos marinhos, mamulengos, pastoris, fandangos, etc., não só podiam recrutar novos integrantes com relativa facilidade como, com mais facilidade, encontravam público e ocasiões favoráveis a suas apresentações. Poder participar de uma dessas agremiações era, simultaneamente, oportunidade de lazer (daí, os termos *brincantes* e *brincadeiras*), de reafirmação de traços de uma determinada identidade cultural, mas do mesmo modo de estabelecimento/fortalecimento de redes de solidariedade – cruciais em muitas situações de suas vidas - além de servirem de meio de vida para uns, e de fonte de recursos suplementares para vários outros.

Ao longo do ano, eram muitos os momentos em que essas agremiações podiam exhibir-se, principalmente durante o Carnaval, o ciclo junino e as festividades de Natal e fim de ano. Mas, não só. Afora as outras festas de acentuada participação popular (Nossa Senhora da Conceição/Iemanjá e Nossa Senhora dos Prazeres/Festa da Pitomba, por exemplo), praticamente a cada fim de semana, nos pátios das feiras, nos largos de periferia, em meio aos sítios que circundavam a cidade, era possível acompanhar uma ou outra função.

Era nesses ambientes, alimentados por essas práticas, robustecidos em suas sociabilidades, que esses segmentos sociais acabavam por constituir os filamentos de uma sutil rede que, a despeito de delgada e dúctil, nem por isso era menos capaz de lhes trazer o conforto de estar entre os seus e, em decorrência, torná-los menos suscetíveis a algumas

das muitas formas pelas quais a sociedade demonstrava sua hostilidade e pouco apreço aos modos de vida populares.

Para aqueles outros que se situavam um degrau acima na escala social, a cidade podia oferecer, além dessas, outras opções de lazer. Com efeito, o grande volume de comerciários, pequenos funcionários públicos, escriturários, secretárias, datilógrafas, etc., que diariamente afluíam à cidade, dispunham de um número crescente de opções de entretenimento de massa. Ao lado do teatro de corte popularesco, com suas chanchadas e suas lascivas mulheres de pernas de fora, e do cinema, que persistiam como importantes formas de divertir e entreter esse público massificado, outros tipos de atrações surgiram ou expandiram-se.

O rádio é um deles. Até fins dos anos 40, o Recife contava com uma única estação de rádio, a Rádio Clube de Pernambuco que, embora tivesse uma origem tão antiga quanto a própria história do rádio no Brasil (suas primeiras transmissões remontam a 1919), tinha uma programação ainda muito convencional. Somente na passagem dos anos 40 para os 50, com a inauguração da Rádio Jornal do Commercio e, quase simultaneamente, da Rádio Tamandaré, ligada aos Diários Associados, é que o panorama mudou. Concorridíssimos programas de auditório, promoções de concursos vários, caravanas dos artistas mais célebres (Luiz Gonzaga, Ângela Maria, Cauby Peixoto, Nelson Gonçalves, Doris Monteiro...) Definitivamente, o rádio começava a mobilizar as atenções das pessoas. Verdadeira indústria do espetáculo, o rádio não era mais nem mesmo para ser apenas ouvido, mas para ser vivido por dentro, participando, freqüentando, pulsando na sintonia desse arremedo de *star system*.

De fato, foi com o rádio que surgiram os primeiros “ídolos” populares, a primeira máquina de fabricar celebridades. No Recife, a concorrência entre as rádios Tamandaré e Jornal do Commercio foi de ordem a promover um afluxo inimaginável de “artistas”, realimentando continuamente essa moderna forma de celebração. É claro que mais de um músico verdadeiramente talentoso encontrou, em uma das rádios locais, uma importante oportunidade de trabalho, ou mesmo chegou a ser lançado profissionalmente em alguma delas, como foi o caso de Sivuca, Jackson do Pandeiro, Guerra Peixe, entre outros. Porém, importa igualmente perceber que essas rádios não apenas deram vida a uma nova

forma de lazer e entretenimento, agora em escala industrial, mas, ao assim agirem, abriram espaço para o surgimento e afirmação de uma indústria fonográfica na cidade, cuja participação no mercado local não era nada desprezível. Em dezembro de 1956, por exemplo, a coluna “Ronda do Disco”, do *Diário de Pernambuco*, procedendo a um balanço dos discos mais vendidos ao longo daquele ano, chegava à conclusão de que três entre os dez de maior vendagem pertenciam a um dos selos comercializados pela Fábrica de Discos Rozenblit.¹⁶

Junto com as rádios, outra modalidade de consumo cultural de massa eram as grandes festas que reuniam, em uma só iniciativa, parque de diversão, teatro popular, casa de jogos, e espaço para apresentações de naturezas as mais diversas. De todas elas, a mais grandiosa era a Festa da Mocidade, que ocorria simultânea às festividades de fim de ano. Seu prato de resistência era o imorredouro, no gosto popular, teatro de revista. Só que, ao contrário daquele que Barreto Júnior e sua Companhia Brasileira de Comédias ofereciam ao longo do ano, em alguma sala para esse fim improvisada (o teatro da cidade, o Santa Isabel, apenas extraordinariamente lhe abria as portas), durante a Festa da Mocidade a atração era importada – como aquelas que Max Nunes costumava trazer (na verdade, a novidade estava nas *girls* das *boites* cariocas, porque o entrecho, esse era de somenos importância).

Entre o Natal e o dia de Reis, as atrações multiplicavam-se. Para o ano de 1953, os promotores anunciavam que o espaço havia sido alargado, cabendo, sem atropelos, 60 mil pessoas; que uma bateria de 32 novas bilheterias viria se somar às já existentes, eliminando o inconveniente das filas prolongadas; a segurança receberia um reforço com a presença de mais policiais; e, principalmente, que a programação se estenderia ininterrupta até o amanhecer: divertimentos populares (bumba-meu boi, fandango, pastoril, reisado e mamulengo), bandas de música em retreta, parque de diversões com “modernos divertimentos eletro-mecanizados” (auto-pista, roda gigante, polvo, aeroplanos, *lindy-loop*), e, claro, shows de teatro de revista em apresentações seguidas das 20 h até as 4 horas.

Quanto àqueles que viviam mais à larga, ou dispunham de algum refinamento intelectual, o Recife, apesar de tudo, não chegava a ser um tédio irremediável. Não obstante suas expectativas naturalmente mais elevadas, a cidade tinha uma dinâmica cultural bastante razoável. Para

os melômanos, havia três sociedades (a Cultura Musical, a de Amigos da Sinfônica e a Pró-Música) que atuavam, primordialmente, promovendo a vinda de alguns dos muitos músicos eruditos que viviam em turnês internacionais. Uma dessas sociedades, a Pró-Música, tinha inclusive um perfil vanguardista, devendo-se a ela as primeiras apresentações de músicos filiados à escola schoenberguiana no Recife. Havia ainda a possibilidade de uma audição reservada em uma das cabines bem equipadas que a DDC (Diretoria de Documentação e Cultura - órgão municipal de fomento à cultura, em suas mais diversas acepções) disponibilizava ao público em geral, gratuitamente, através de sua discoteca. Lá, segundo relatava seu fundador e *alma mater*, José Césio Regueira Costa, o interessado encontraria, além do acervo de música clássica, uma pequena coleção de cunho etno-musical: gravações de candomblé e xangô, realizadas sob a supervisão de René Ribeiro; de repentistas sertanejos, feitas ao tempo da visita de Curt Lang ao Recife; e o que José Césio qualificou como “um longo documentário folclórico, em disco”, produzido a pedido de um órgão cultural do governo inglês.¹⁷

Sob a rubrica da DDC, encontrava-se também a Orquestra Sinfônica do Recife. Criada por iniciativa de um músico gaúcho radicado na cidade, maestro Vicente Fittipaldi, a Orquestra recebia, de um público mais purista, habituais críticas em função de suas limitações técnicas. Realmente, não devia ser muito simples manter uma Orquestra de primeiro time numa cidade que sofria de enormes restrições orçamentárias. Todavia, todos concordavam que a Orquestra cumpria um papel de relevo: suas audições públicas, em hospitais, praças, sedes de entidades profissionais, etc., freqüentemente se constituíam em uma das raras chances, para muitos, de ter contato com um repertório erudito. Ademais, se não era composta de virtuosos, a Orquestra não chegava a ser um irremediável fiasco. No todo, esse ambiente musical foi capaz de servir de caldo de cultura para o florescimento de talentos como Marlos Nobre, Cussy de Almeida e uma infinidade de outros que, malgrado não tenham gozado do mesmo reconhecimento, nem por isso são menos importantes.

Os cinéfilos, por sua vez, podiam contar com um conjunto de salas de exibição, onde o que contava eram menos os interesses da grande indústria do cinema norte-americano e mais aqueles próprios aos

apreciadores da arte cinematográfica. A partir de 1950, a ampliação desses espaços tornou-se mais significativa. Entidades as mais diferentes entre si passaram, de uma forma ou outra, a promover sessões especiais: colégios, paróquias, clubes sociais, entidades profissionais e estudantis, e, claro, os cineclubes. À altura de 1954, contabilizava-se a existência de seis cineclubes na cidade (Cine Clube do Recife, Vigilante Cura, Cine Clube do Estudante Universitário, Cine Clube Universitário, Cine Clube do Náutico e o Cine Clube do Iate). De atividade mais ou menos regular, essas sociedades de aficionados por cinema eram mais que simplesmente espaços de exibição para uma filmografia menos comercial, ou dirigida segundo os interesses dominantes entre os associados. Funcionavam, também, como não poderia deixar de ser, como um fórum privilegiado para o aprendizado, o debate, a reflexão, a troca de impressões e concepções sobre a sétima arte.

Ao lado desse pequeno aparato – e atuando, simultaneamente, como fonte de emulação e caixa de ressonância –, encontravam-se os jornais, com sua crônica especializada. Em cada um dos seis jornais em circulação na cidade havia pelo menos um cronista titular e outros dois ou três colaboradores esporádicos.¹⁸ No fim das contas, a cidade podia não ser mais um núcleo produtor de cinema, como fora trinta anos antes, mas ainda conseguia reconfortar os de gosto mais exigente com algum espaço onde podiam gozar na plenitude sua mútua embriaguez.

Um circuito relativamente ativo de conferências, palestras e exposições, normalmente promovidas ou patrocinadas pela DDC, atuava de modo a complementar os espaços dedicados à sociabilidade dos letrados.¹⁹ Eram, essas, oportunidades de crescimento intelectual, mas também de choque; de confirmação de convicções e de surpreender-se com o não familiar; de reconhecer-se pertencendo a uma ou outra família intelectual, mas também, por isso mesmo, de insurgir-se contra os não convertidos; enfim, eram momentos de formação e afirmação, assim como de descobrir-se preso nas estreitas fronteiras de uma província intelectual.²⁰ Sendo eventos de frequência obrigatória para o aspirante a intelectual, também o era para o medalhão e o *dandi* intelectual. Por tais eventos, em uma ocasião ou outra, virtualmente, circulavam todos aqueles jovens que estavam seriamente empenhados em expandir ou solidificar seus horizontes culturais (gente como Ariano Suassuna, Gastão de

Holanda, Hermilo Borba Filho, Orlando da Costa Ferreira, Aloísio Magalhães, José Laurenio de Melo, Osman Lins, Jorge Wanderley, Sebastião Uchoa Leite, Luiz Costa Lima, João Alexandre Barbosa, Eduardo Portella, para citar uns poucos que granjearam maior renome nos ambientes e instituições lítero-culturais do país). Lá, se defrontariam com alguns dos intelectuais já reconhecidos e estabelecidos (Olívio Montenegro, Luis Delgado, Mauro Mota, etc.), além dos indefectíveis representantes do mandarinato intelectual local (Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes e uns poucos mais – que nunca são muitos). Encontrar-se-iam, também, com um sem-número de *parvenus* intelectuais, para quem, no fundo, tudo não passava de uma obrigação social a mais, a que se ia porque era de bom-tom.

Aqui, mais uma vez, serão os jornais que farão eco a toda essa movimentação. Suas edições dominicais, com seus suplementos culturais, somados às várias revistas de perfil lítero-cultural que eram editadas na cidade, é que se constituíram no centro aglutinador para onde convergiam – e a partir de onde eram verdadeiramente vocalizados – todos os debates que, de algum modo, se ocupavam das coisas da cultura. Ninguém jamais ousaria pensar em ganhar o reino dos céus sem antes se batizar nas águas dessas publicações. Como eram várias, muitas eram também as presumidas “panelinhas”. Porquanto houvesse uma grita generalizada contra a escolha não criteriosa dos colaboradores, o fato é que, dada a multiplicidade de opções, ver impresso um pequeno ensaio crítico, poema, entrevista, ou coisa que o valha, não era um feito que requeresse esforço extraordinário. Realmente, a existência de suplementos culturais nos principais jornais da cidade, concomitante à circulação de revistas como *Contraponto*, *Nordeste* e *Região*, compunha um apreciável campo aberto a diletantes (no bom sentido do termo) e profissionais da cultura. Por outro lado, era nessas publicações que todos aqueles dotados de algum verniz cultural encontravam certo alento (ainda que fosse, tão-somente, para ostentar sua ilustração).²¹

IV

Quanto aos comportamentos, sem dúvida que se vivia um momento importante, no sentido de que se estariam processando alterações significativas nas formas como as pessoas se relacionavam, vestiam-se,

portavam-se em público, o que consumiam, onde freqüentavam, qual, enfim, o estilo de vida que desejavam para si. Sobre o comportamento feminino, principalmente, é que incidiram as maiores mudanças. Inseridas, como estavam, numa sociedade em que eram largamente predominantes os interesses e determinações oriundos do universo masculino, é de se imaginar o quão provocativo pareceram, a muitos, os novos comportamentos assumidos por um número crescente de mulheres. Ocupando já uma boa parcela dos postos de trabalho dos escritórios e repartições públicas, era natural que elas viessem a se tornar freqüentadoras de ambientes antes tidos por impróprios a moças de família desacompanhadas. É certo que já não havia muita novidade em vê-las circulando pelas ruas centrais da cidade, sobretudo naquelas em que se concentrava seu comércio elegante, freqüentando as confeitarias e cinemas, consumindo artigos de *toilette* e decoração – mas tê-las como companheiras de noitadas em alguma das *boites* que estavam sendo inauguradas, isso não. Isso seria um abuso. Um despropósito. Absolutamente impróprio e indecoroso. Dava margem a comparações pouco educadas.

Você [hoje] é outra. A sombra da que foi. Quem diria há oito meses que você, o modelo-vivo-de-menina-bem-comportada, você que na opinião das mães era a essência de menina gênero bom partido, haveria algum dia de freqüentar boites de nuit, usar esses vestidos ideais para mostrar muito e esconder pouco? Sim, quem diria que algum dia você fumaria cigarros, dançaria mambo e beberia martinis? [...] Você tinha [agora] uma nova epiderme, um novo penteado e um ar premeditado, dramático, de mulher por quem os homens se matam. [...] Ao exotismo das franjas, da pele bronzeada, você acrescentava uns óculos escuros, de aros quadrados. Você parecia uma mulher à toa.²²

Aos olhos masculinos, o recato e a pudicícia pareciam ser ainda as qualidades mais apreciadas numa mulher. Recato em demasia, contudo, recendia a orientalismo, provincianismo, coisa de gente atrasada, mofina, em gritante descompasso com os foros de cidade moderna. Por isso,

talvez, nosso colonista, quando confrontado por um viajado amigo, que estava convencido de que em nenhuma capital do mundo houvesse “mais marmanjo do que no Recife” (“Veja a praia. Só se vê perna cabeluda. Onde estão as mulheres desta terra, meu amigo?”), tenha concordado de pronto:

*Nada mais certo. Para cada grupo de cinquenta homens, segundo um cálculo de cabeça, havia uma mulher. Uma mulher toda embrulhada no seu roupão; a descoberto só deixando ver os dedos pintados dos pés.*²³

Entre os homens, inversamente, algumas coisas pareciam nunca se transformar. Abusar sexualmente das jovens oriundas dos estratos sociais inferiores (domésticas, operárias, comerciárias, etc.), que, inadvertidamente, transitavam pelas ruas escuras da cidade, era mais que um exercício de sadismo incontido, era como que um atavismo herdado dos lúbricos tempos das Casas Grandes. Daí, talvez, as seguidas ocorrências de estupros que empestavam os jornais - acompanhados, o mais das vezes, de sevícias múltiplas.

Na verdade, um certo ideal senhorial continuava sendo a aspiração máxima de muitos. Só que não mais o tipo do senhor rural, ou dos grandes solares dos subúrbios ricos, mas um tipo propriamente urbano, que às quartas-feiras participava do almoço do *Caxangá Golf & Country Club*, às quintas, à noite, das reuniões do *Rotary*, ou de algum dos muitos *cocktails* e *dinners* oferecidos cidade afora; mas que, no fim das contas, desejava mesmo eram os hábitos cultivados por gente feito aqueles grandes, e gordos, advogados, comerciantes, industriais, cujas vontades imperavam acima de um mar de criados e subordinados de toda sorte – e que não abdicavam da boa mesa.

Este parrudo e alegre cidadão que é Olívio Marojá, enquanto o vatapá não sai, tira baforadas de seu havana, cuja importação ele faz não se sabe como nesta crise de divisas, e fala-me de seus hábitos. Dos seus bons e recomendáveis hábitos. Um desses hábitos a que se impõe a conselho médico é a sesta depois do almoço, de rede, ao sopro da brisa que lhe chega permanente à varanda. Noutra hábito contraria a recomendação do médico quanto ao

*abuso do charuto. Consome por dia, de charutos, o ordenado mensal de um repórter. Há um herói de Somerset Maugham que considerava o charuto o requinte máximo de sua vida. Olívio tem outros requintes mais saboreáveis. Todavia não dispensa o charuto. Fuma vários deles ao dia e, quando o médico o adverte a reduzir o consumo dos havanas, ele o ameaça de mudar de médico. Além desses hábitos, não dispensa, duas vezes ao dia, sua dose medicinal de scotch. Tem um estoque dos melhores do mercado.*²⁴

Em suas casas, o *american bar* estava se tornando item obrigatório (“Pelo que sei, se há uma coisa imprescindível à especificação da casa de hoje, como complemento das demais dependências, essa coisa é o bar”), assim como as vitrolas-móveis e as poltronas pé-de-palito. É possível que suas famílias estivessem aderindo ao consumo de produtos recém-lançados, como o leite em pó e o café solúvel, e quem sabe até indo morar em algum dos prédios de apartamentos que se construam cada vez mais. Suas proles, entretanto, continuavam numerosas (o que tornava o apartamento uma clara e obtusa opção pelo desconforto), e o pátrio poder inquestionável. Gostavam da vida mundana, de bailes e recepções. Eram sempre solícitos e galantes – não poucas vezes com uma insistência e crueza que beiravam a vulgaridade –, mas repudiavam francamente as mulheres que tomavam a iniciativa nos jogos sexuais. Seu mundo podia estar mudando, mas isso não significava que eles devessem aceitar as coisas assim, sem mais.

Havia aspectos da vida em que tanto melhor, se tudo se passasse como se nada realmente se passasse. E continuassem. Apenas continuassem. Como os quintais. Por que não se mostrar incomodado com as casas sem quintais? Os quintais sem sapatizeiros, caramboleiras, mangueiras, jambeiros, jaqueiras? A cidade sem sombras e sem frutas!? Sem os jambos amarelos,

árvore familiar dos sítios do começo do século, no Recife. Os de mais de cinqüenta anos lembram-se que se vendia aos balaios, pelas ruas. Não era como o jambo encarnado, ou como o jambo do Pará. Era

*diferente. O tamanho era de uma sapota, não muito grande. A cor amarelada; e um perfume de flor.*²⁵

Até no Mercado de São José, onde ainda era possível se encontrar frutas de todos os tipos e cores, o preço elevado (“uma sapota saindo mais caro que uma maçã argentina”) dava bem a medida das coisas.

*Não tardará que tudo se extinga; e fiquemos apenas com as figueiras-benjamins, planta indiana aclimatada, e contra a qual não se abatem as pragas, por mais consuntivas que sejam.*²⁶

Do Recife, por certo, havia quem julgasse, e mesmo desejasse, tratar-se de cidade *onde há poças de tempo estagnadas sob as mangueiras*, onde tudo *já passou: o presente e o passado e o passado anterior*. Mas não era o caso. No fim, haveria de se reconhecer que *nada de vez já passou*. Que transformações importantes estavam se operando. Com implicações do mesmo modo importantes sobre o sentimento de pertencimento, do sentir-se (ou não) como sendo de um lugar que já quase não se reconhecia. Uma cidade em que *todo esse progresso derruba o onde fui (e ainda levo)*. Como se apenas na lembrança – território protegido – pudesse subsistir.²⁷

Não é preciso tanto. Como em toda cidade, o movimento *não linear* em direção às mudanças envolvia muitos lapsos de continuidade, de resistência, de insatisfação. E o inverso. Muito do que persistia sem alteração de nenhuma ordem parecia ser um desafio ao bom senso, uma espécie de provocação. Exasperante, revoltante, irracional. Os sentimentos variavam, os impactos também. Definitivamente, o Recife era uma cidade muito desigual. De múltiplos espaços de vida e experiência. E como sói acontecer, tudo dependia de onde o indivíduo se encontrava em meio a essa trama sócio-espacial.

Notas:

*Salvo algumas alterações, este artigo reproduz uma das seções do primeiro capítulo de minha tese de doutorado. Flávio Weinstein TEIXEIRA. *O movimento e a linha. Presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico O Amador no Recife (1946-1964)*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Tese de Doutorado, 2005, pp. 63-78.

¹Ver a esse respeito o trabalho de Virgínia PONTUAL. *O saber urbanístico no governo da cidade*; São Paulo: USP/Tese de Doutorado, 1998, pp. 47/48.

²Idem, p. 38. Igualmente significativo foi o crescimento observado nos subúrbios de Casa Amarela e Beberibe, principalmente, cujos morros viram-se invadidos pelos mocambos, expulsos das áreas alagadiças que vinham sendo sucessivamente aterradas para dar lugar a novos loteamentos e bairros.

³Como registrou um poeta: “O Capibaribe/ quando enche/ me enche/ de lama/ de lodo/ de detritos/ de dejetos/ de engulhos &/ entulhos/ patriarcais// de gogo/ de gosma/ de cacos/ de cancos/ de miçangas &/ micoses fluviotecais// de chagas/ de pragas/ de amebas/ de perebas/ de gafeiras &/ e frieiras sociológicas/ / de febres/ de fezes/ de trastes/ de tripas/ de trapos &/ tropos lusotropicais”. José Laurenio de MELO. “A Fala do Recife” (1977). In: *Belo Belo*, ano 1/nº 01, Rio de Janeiro, 1985, p. 08.

⁴*Diário de Pernambuco* (doravante citado como DP), 12.05.54, p. 04, grifos no original. Talvez seja relevante registrar que esse trecho foi retirado de um indignado Editorial do jornal.

⁵DP, 09.03.55, p. 03.

⁶DP, 14.05.54, p. 03.

⁷Ambos os serviços, sintomaticamente, eram responsabilidade de uma única concessionária, a *Pernambuco Tramways and Power Company/Telephone Company of Pernambuco LTD*. Acerca da insuficiência e precariedade do serviço de telefonia, que recebia críticas públicas quase que diariamente, a empresa procurou explicar-se em nota publicada nos jornais, na qual afirmava tudo se dever ao número reduzido de linhas e centrais telefônicas, o que provocava constantes congestionamentos das mesmas; à antiguidade dos cabos, que requeriam permanentes reparos; e, como seria de se esperar, a uma política de controle tarifário por parte dos poderes públicos, que impedia a empresa de se capitalizar nos níveis requeridos, a fim de poder investir o montante necessário à superação dos problemas. DP, 06.01.57, p. 07.

⁸ DP, 02.04.55, p. 14.

⁹ DP, 10.03.55, p. 03 e DP, 04.05.55, p. 04.

¹⁰ DP, 16.03.55, p. 03.

¹¹ Para os três últimos parágrafos, ver as edições do DP dos dias 19.05.55, p. 05; 16.06.55, p. 05; e 17.06.55, p. 04.

¹² DP, 20.04.55, pp. 06 e 16.

¹³O que não deve ter sido feito de grande dificuldade, a se tomar por matéria publicada no dia 13.01.57 que relatava a ação desenvolvida pela Turma C daquela delegacia: em uma série de “batidas” realizadas entre as 12 e 18 horas do dia anterior, um sábado, nos “arrabaldes do Zumbi, Cordeiro e Bongie e [n]os subúrbios de Bomba Grande, Iputinga, Várzea e Tegipió”, foram apreendidas 120 facas peixeiras. DP, 13.01.57, p. 10 e, para as demais informações contidas no parágrafo, DP, 06.01.57, pp. 10 e 12.

¹⁴DP, 09.01.57, p. 05.

¹⁵Para o que, certamente, contribuía o fato de ser o Recife uma cidade que recebia continuados fluxos de imigrantes rurais.

¹⁶DP, 30/12/56, p. 12. Os Rozenblit comercializavam três selos: Mocambo, o mais famoso deles; Mercury, e Seeco. Nesse ano de 1956, eles ficaram com o terceiro, o sétimo e o oitavo lugares.

¹⁷DP, 01.04.55, p. 03.

¹⁸Ver o interessante livro de Luciana ARAÚJO. *A crônica de cinema no Recife dos anos 50*; Recife: FUNDARPE, 1997.

¹⁹Em outros capítulos de minha tese de doutorado, da qual este artigo foi extraído, trato com mais vagar dos campos teatral e literário, motivo pelo qual me absteve aqui de considerá-los.

²⁰Um evento exemplar quanto a isto, até porque reuniu exposição, conferências e muita, muita polêmica, deu-se por ocasião da exposição de Cícero Dias, ocorrida em meados de 1948. Depois de bons anos sem expor no Brasil, e tendo transitado de um figurativismo com toques surrealistas para o abstracionismo, Cícero Dias preocupou-se em organizar sua exposição, segundo certo critério pedagógico. Procurava, exatamente, fazer com que o visitante acompanhasse sua trajetória evolutiva, introduzindo-o em seu novo universo pictórico de forma menos traumática. Paralelamente, algumas personalidades importantes do mundo cultural do país (Mário Pedrosa, Aníbal Machado, Orígenes Lessa, Rubem Braga), que vieram a convite da DDC, deram entrevistas e fizeram conferências sobre as novas tendências da arte moderna e o trabalho de Cícero Dias. Tudo em vão. Seguramente que existiram aqueles para quem aquilo tudo era uma oportunidade ímpar, quase como uma revelação. Mas a tônica, e não só no Recife, frise-se, mas também no Rio, para onde a exposição seguiu depois, foi de escárnio e da mais rude incompreensão. Pessoas saíam xingando o artista e a obra, tratando a exposição como um ato de provocação – pura empulhação. O destempero ressoava pelos jornais (um respeitado cronista da cidade, Mário Melo, começou assim seu artigo sobre a exposição: “Vi e horrorizei-me...”), alimentado aqui e ali por malquerenças e disputas externas ao mundo das artes. Contudo, era no choque de convicções que se encontrava o cerne de tão desmedida polêmica. Só ele explica o fato de tantos terem se sentido agredidos por uma mera exposição de arte, ao passo que para outros não poderia haver prova mais cabal e definitiva das mentes e espíritos tacanhos que empestavam o meio local. Ver *Jornal do Commercio*, 15.08.48, p. 02, e 22.08.48, 2º Caderno; DP, 06.08.48, p. 03, e 08.08.48, pp. 01 e 04.

²¹No que se refere às sociabilidades dos letrados, os suplementos culturais parecem ter ocupado um lugar bem especial (conferiam prestígio intelectual a seus colaboradores, “atualizava” seus leitores quanto aos debates culturais,

servia de palco para polêmicas, exercitava os iniciantes nas lides intelectuais, etc.). Nem sempre, porém, no sentido de atender apenas a finalidades as mais “elevadas”. Muitos dos apetites mais mundanos tinham-no como justificativa para convescotes. Veja-se esta espirituosa, e um tanto maldosa, crônica de Paulo do Couto Malta (ele, em si, já uma figura assaz curiosa): “O marido de madame, ao contrário de madame, nunca se interessou pelas letras, a não ser as de câmbio. Ao contrário de madame, nunca foi a um concerto, nunca comprou um quadro. Enquanto madame lê de cabo a rabo os suplementos literários dos domingos, o marido quando pega as edições domingueiras, joga-os logo de lado. No entanto, ninguém mais inclinado aos prazeres da boa mesa e dos bons vinhos que o marido de madame. As qualidades intelectuais de madame, a própria madame as considera augustas em oposição às culinárias do marido, demasiadamente vulgares. Desgosta à madame, às suas ilustrações, às suas letras, à sua sensibilidade artística, um marido impermeável a qualquer satisfação que não se exprima em termos de secos e molhados. E, para evitar a si maiores vexames, sugeriu-lhe, com precauções de linguagem, que não lhe ia bem as incursões no terreno das letras, pintura ou música com gente cuja especialidade [está] nesses assuntos, e que ela sempre tem à mesa aos domingos. O marido resolveu então não mais fazer sala às reuniões da esposa e muito menos aos apetitosos almoços dos domingos; em tais momentos está sempre fora cumprindo compromissos inadiáveis. Isto satisfaz as veleidades artísticas de madame, seu bom gosto e suas luzes, com sua necessidade de ter um ‘ambiente’ propício à vocação perdida pelo casamento com aquele homem tão terra-a-terra. Madame continua fresca e saudável com suas inclinações, mas, infelizmente, os almoços já não são tão degustáveis e o vinho, para desgraça nossa, seus comensais, menos correspondentes às qualidades dos pratos”. DP, 03.11.53, p. 06.

²²DP, 03.04.52, p. 06 (grifo meu). Dez dias depois, o mesmo colunista publicava: “Madame não devia afrontar a maledicência alheia tão ostensivamente. Fosse eu seu amigo e lhe daria uns conselhos úteis. Um deles, que evitasse esses encontros na Sertã. Nenhuma mulher mantém sua reputação nessa esquina. Se o Lafaiete é o QG do boato político, a Sertã o é do mexerico doméstico. Você vem e ali se posta, logo ali, à espera daquele rapaz, por todos tido como um *gold digger* barato de boites”. DP, 13.04.52, p. 06.

²³DP, 01.11.53, p. 06. Como se vê, as mudanças no comportamento feminino causavam uma indisfarçável perplexidade. Havia, na verdade, uma enorme ambivalência a cercar a aceitação dessa postura mais independente e afirmativa que parte das mulheres começava adotar. Era como se, ainda que apenas em certa medida, esse comportamento mais arrojado merecesse ser incentivado,

mas nunca à custa de colocar em xeque os sagrados e tradicionais valores familiares (e o que eles implicavam em termos de subordinação feminina).

²⁴DP, 04.05.54, p. 06.

²⁵DP, 28.11.53, p. 04. Para a citação embutida no parágrafo anterior, DP, 22.05.54, p. 06.

²⁶DP, 28.11.53, p. 04, grifo no original.

²⁷Os trechos em itálico desse parágrafo são de poemas de João Cabral de MELO NETO, respectivamente: “O Rio” (In: *Serial e antes*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 109), para o primeiro deles, “O Motorneiro de Caxangá” (In: *Serial e antes*, op. cit., pp. 226 e 227), para os dois grifos intermediários, e “Ao Novo Recife” (In: *A educação pela pedra e depois*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 132), para o último.